

Evolução da Agricultura Portuguesa no Período 1989/2010

Análise de Indicadores Relevantes

Deolinda Alberto e José Pedro Fragoso de Almeida

Escola Superior Agrária de Castelo Branco
Quinta da Sra de Mércules 6001-909 Castelo Branco
deolinda@ipcb.pt
falmeida@ipcb.pt



Sumário

A evolução da Agricultura Portuguesa está indissociavelmente relacionada com a Política Agrícola Comum e com as regras referentes à sua aplicação no espaço nacional. A partir de indicadores relevantes (indicadores de estrutura fundiária, demográficos e sociais, de produção e económicos) e com base nos dados oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, analisou-se a evolução da agricultura portuguesa e o impacto que a PAC tem vindo a exercer nesta actividade económica. O estudo abrangeu o

período 1989 - 2010, período este que foi marcado por profundas alterações, quer ao nível dos pressupostos básicos da PAC quer dos seus instrumentos de aplicação prática. Os dados mostraram uma evolução negativa na maioria dos indicadores seleccionados o que indicia que os instrumentos disponíveis para o apoio ao sector agrícola não se adaptaram às necessidades da realidade portuguesa; resulta, igualmente, evidente a situação de fragilidade em que se encontra a agricultura portuguesa e o sua incapacidade actual de contribuir para o desenvolvimento sustentado das zonas rurais.

Palavras-Chave: Agricultura, Indicadores, Política Agrícola Comum, Portugal.

Resumo

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, marca o início da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) à agricultura nacional. Desde então a evolução da agricultura portuguesa esteve indissociavelmente relacionada com a evolução da PAC, nomeadamente nos seus pressupostos básicos e nos instrumentos de aplicação prática.

Neste trabalho analisou-se a evolução da agricultura portuguesa, no período 1989 a 2010, a partir de alguns indicadores construídos a partir dos dados estatísticos oficiais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística. Os indicadores escolhidos traduzem variáveis consideradas relevantes; assim, apresentaram-se dados respeitantes ao número de explorações agrícolas e respectiva estrutura fundiária, à caracterização do produtor agrícola e evolução da mão-de-obra na agricultura, à produção e grau de auto aprovisionamento e, finalmente, dados económicos respeitantes ao valor bruto da produção, consumo intermédio, valor acrescentado líquido e montante dos subsídios recebidos.

O período em análise (1989 – 2010) foi marcado por profundas alterações ao nível dos pressupostos básicos da PAC; a partir da reforma de 1992, motivada por factores internos (excedentes de produção, preocupações ambientais e sobrecarga financeira) e externos (introdução dos produtos agrícolas nas regras do comércio internacional), assistiu-se a uma acentuada diminuição nas medidas de suporte aos preços de mercado com a consequente aproximação dos preços comunitários aos preços do mercado internacional e redução do proteccionismo ao mercado europeu. A perda de rendimento derivada deste facto foi compensada (parcialmente) pela introdução de ajudas directamente ligadas à produção. Simultaneamente, surgiu

um pacote de medidas agro-ambientais que se destinavam a favorecer práticas culturais ambientalmente menos agressivas, a estimular a manutenção de ecossistemas tradicionais e a fomentar a biodiversidade.

Com a agenda 2000, ocorreu o desligamento parcial das ajudas da produção, reforçando-se a componente agro-ambiental, tendo sido reconhecido o carácter multifuncional da agricultura nomeadamente o seu papel na produção de bens públicos. A reforma intercalar de 2003 introduziu o regime de pagamento único; pretendeu-se, por um lado, estimular a reconversão das explorações agrícolas de acordo com as necessidades do mercado e, por outro lado, simplificar os procedimentos administrativos inerentes aos processos de candidatura aos diversos tipos de ajuda. Esta reforma veio reforçar e diversificar as ajudas de âmbito agro - ambiental e agro - rural introduzidas a partir de 1992.

A nível orçamental a PAC representa, actualmente, 34% do orçamento comunitário o que contrasta com o valor médio do final da década de 90, que se cifrava em 70% do orçamento global da UE.

As perspectivas futuras para a PAC articulam-se em torno de três eixos fundamentais: competitividade dos sistemas de produção ligado à segurança do abastecimento alimentar e à soberania, gestão sustentável dos recursos naturais, mitigação e adaptação às alterações climáticas e equilíbrio territorial. A discussão sobre medidas concretas para a prossecução destes objectivos está ainda em curso.

Estas alterações nos pressupostos e o modo como as autoridades nacionais entenderam aplicar e gerir as medidas e instrumentos inscritos na PAC constituem o pano de fundo sob o qual se desenvolveu a agricultura portuguesa nas duas últimas décadas.

A análise dos dados estatísticos referentes ao período 1989/2010 mostra que o número de explorações agrícolas baixou em 49%, saíram do sector agrícola 60% das UTAs (Unidade de Trabalho Ano), o produtor agrícola envelheceu 3 anos e a SAU (Superfície Agrícola Utilizada) diminuiu em 18%. Apesar destes factos o valor da produção aumentou em 30% o que reflecte um forte aumento na produtividade, uma vez que os preços médios dos produtos agrícolas (no produtor) mantêm-se a valores próximos dos registados em 1990 e o valor do consumo intermédio aumentou em 51%.

O decréscimo no VAL (Valor Actual Líquido) deve-se, fundamentalmente, ao acréscimo nos consumos intermédios cujos preços dependem do mercado internacional.

A produção nacional é claramente insuficiente para fazer face à evolução do consumo interno e como tal a balança comercial tem-se vindo a agravar.

A perda de rendimento também se reflecte ao nível da fixação de po-

pulações nas zonas rurais; a análise comparativa dos dados dos recenseamentos gerais da população de 1991 e 2001 (dados não apresentados no texto), mostram uma significativa perda de população nas áreas rurais e a consequente migração desta população para as zonas não rurais (entre 5% e >19% consoante o concelho). Isto significa que a PAC tem sido ineficiente para a fixação populacional. O objectivo da coesão territorial, no período analisado, não foi conseguido e o desenvolvimento sustentável das zonas rurais enfrenta um forte estrangulamento demográfico.

Bibliografia aconselhada sobre o tema

- European Commission, CAP Health Check, EU Official Publishing, Brussels, 2008.
Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Agrícola 2009. Dados Preliminares, INE, Lisboa, 2010.
Instituto Nacional de Estatística, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, INE, Lisboa, 2007.
Instituto Nacional de Estatística, Contas Económicas da Agricultura 1980-2009, INE, Lisboa, 2010.